



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 117

DISTRITO FEDERAL

SÁBADO, 13 DE SETEMBRO DE 1958

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de voto

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3º da Constituição Federal, e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 7 de outubro próximo, às 14 horas, no edifício da Câmara dos Deputados (conhecendo do voto) presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.450, de 1957, na Câmara dos Deputados, e. n.º 30, de 1958, no Senado Federal), que abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para socorrer vítimas de explosão em Gramacho, Município de Duque de Caxias, Estado

do Rio de Janeiro, e de incêndio em Guaratinguetá, Estado de São Paulo, bem como reparar prejuízos resultantes do desabamento do Edifício São Luiz Rei, na Capital Federal.

Senado Federal, em 11 de setembro de 1958.

Senador Cunha Melo

Primeiro Secretário, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República)
Vice-Presidente — Senador Apolônio Salles
1.º Secretário — Senador Cunha Melo
2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti
3.º Secretário — Senador Victorino Freire
4.º Secretário — Senador Domingos Velasco
1.º Suplente — Senador Mathias Olympio
2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Líderes e Vice-Líderes

Da Maioria
 Líder: Filinto Müller.
 Vice-Líderes:
 Gaspar Veloso.
 Lima Guimarães.
 Gilberto Marinho.
 Lameira Bittencourt.

Da Minoria

Líder: João Villasboas
 Vice-Líder: Rui Palmeira.

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
 Líder: Filinto Müller
DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
 Líder: Lima Guimarães.
 Vice-Líderes:
 Mourão Vieira.
 Salo Ramos
DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL
 Líder: João Villasboas
 Vice-Líder: Rui Palmeira

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivaqua
DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA
 Líder: Kerginaldo Cavalcanti.
 Vice-Líder: Lino de Mattos
DO PARTIDO LIBERTADOR
 Líder: Novais Filho.

Comissão Diretora

Apolônio Salles — Presidente.
 Cunha Melo
 Freitas Cavalcanti.
 Victorino Freire
 Domingos Velasco.
 Mathias Olympio.
 Prisco dos Santos.
 Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.
 Daniel Krieger — Vice-Presidente.
 (1) Gilberto Marinho.
 (2) Benedito Valadares.
 (3) Gaspar Veloso.
 (4) Ruy Carneiro.
 (5) Argemiro de Figueiredo.
 (6) Lima Guimarães.
 (7) Rui Palmeira.
 (8) Atílio Vivaqua.
 (9) Jorge Maynard.
 (10) Substituído temporariamente pelo Senador João Villasboas.
 (11) Substituído temporariamente pelo Senador Lameira Bittencourt.
 (12) Substituído temporariamente pelo Senador Odeneus Gonçalves Leite.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 10,30 horas

Comissão de Economia

Carlos Lindenbergs — Presidente (1)
 Fernandes Fávaro — Vice-Presidente (2)
 (3) Alô Guimarães (2)

Mendonça Clarkz.

Lima Teixeira (3).
 Alencastro Guimarães.
 Argemiro de Figueiredo.
 Juracy Magalhães (4).
 Líder Prestes
 (1) Lameira Bittencourt.
 (2) Gilberto Marinho.
 (3) Lima Guimarães.
 (4) Mário Motta.
 Secretaria: Ilídio Rodrigues Alves.
 Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira — Presidente.
 Púlio de Melo — Vice-Presidente.
 Gilberto Marinho.
 Mem de Sá
 (1) — Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.
 (2) Substituído temporariamente pelo Sr. Rui Palmeira.
 Secretário: Renato de Almeida Chermont.
 Reuniões — Sextas-feiras, às 10,30 horas.

Suplentes

Gaspar Veloso.
 Otacílio Jurema.
 Mourão Vieira.
 Atílio Vivaqua.
 Líceu Prestes.
 (1) — Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.
 (2) Substituído temporariamente pelo Sr. Rui Palmeira.
 Secretário: Renato de Almeida Chermont.
 Reuniões — Sexta-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Redação

1 — Ezequias da Rocha — Presidente.
 2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente
 3 — Púlio de Melo.
 4 — Rui Palmeira.
 5 — Saulo Ramos (***).
 (1) Substituído, interinamente, pelo Senador Ribeiro Casado.
 (2) Substituído, interinamente, pelo Senador Francisco Gallotti.
 (***), Substituído, interinamente, pelo Senador Mourão Vieira.
 Secretaria — Cecília de Resende Martins.
 Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.
 Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
 Lameira Bittencourt.
 Ary Vianna
 Lima Guimarães.
 Onofre Gomes (1).
 Paulo Fernandes
 Daniel Krieger (2).
 Carlos Lindenbergs.
 Mathias Olympio.
 Pausio Cabral.
 Juracy Magalhães.
 Júlio Leite
 (3) Mário Motta.
 Lino de Mattos.
 (4) Novais Filho.
 (5) Alô Guimarães.

Comissão de Relações Exteriores

João Villasboas — Presidente.
 Georgino Avelino.
 Bernardo Filho — Vice-Presidente.
 Gilberto Marinho.
 Benedito Valadares.
 Lourival Fontes (4).
 Gomes de Oliveira.
 Rui Palmeira (3).
 Moura Andrade.
 (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Atílio Vivaqua.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Lima Teixeira.

(3) Substituído temporariamente pelo Sr. Mário Motta.

(4) Substituído temporariamente pelo Sr. Lima Guimarães.

Secretário: J. B. Castelo Branco.
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública
Reginaldo Fernandes — Presidente.
Alo Guimarães — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Ezequias da Rocha.
Vivaldo Lima.
Secretaria: Diva Gallotti.
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Legislação Social
Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
Lameira Bittencourt.
Prumio Beck (1).
Lino de Mattos.
Waldemar Sales.
Sylvio Curvo.
João Arruda.
Armando Rodrigues.
(1) Substituído pelo Sr. Ribeiro Casado.
(2) Substituído pelo Sr. Moreira Filho.
Reunião — Quartas-feiras, às 16 horas.
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Comissão de Segurança Nacional
Onofre Gomes — Presidente.
Calado de Castro — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Moreira Filho.
Alencastro Guimarães.
Sylvio Curvo (1).
Jorge Maynard.
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Mário Motta.
Secretaria: Rómida Duarte.
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil
Francisco dos Santos — Presidente.
Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
Antônio Vianha.
Abelardo Jurema.
Caio, de Castro.
Neves da Rocha.
Mário de São José.
Secretaria: M. Rodrigues Alves.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comunicações e Obras Públicas
Comissão de Transportes,
Jorge Maynard — Presidente.
Neves da Rocha — Vice-Presidente.
Waldemar Sales.
Cunha Bueno.
Secretaria: Maria Cherubina Costa.
Novais Filho (1).
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissões Especiais
Comissão de Revisão do Código de Processo Civil
Joaquim Villasboas — Presidente.
Georgino Avelino — Vice-Presidente.
Atílio Vivasca — Relator.
Vilinto Müller.
Secretário: José da Silva Lisboa.
Reuniões — Quartas-feiras.

EXPEDIENTE.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 33,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 78,00

Exterior

Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00
-----------	-------------	-----------	-------------

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre	Cr\$ 33,00
Ano	Cr\$ 78,00

Exterior

Ano	Cr\$ 108,00
-----------	-------------

— As assinaturas, feitas em qualquer época, poderão ser semestrais, com exceção das do exterior, que serão sempre anuais.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes sómente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Atas das Comissões Comissão de Redação

23.ª REUNIÃO, EM 12 DE SETEMBRO DE 1958

(EXTRAORDINÁRIA)

As quatorze horas e vinte minutos, do dia doze de setembro, do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, na Sala das Comissões, reúne-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Senador Púlio de Mello, Presidente e Eventual, achando-se presentes Srs. Senadores Mourão Vieira e Ribeiro Casado.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Francisco Gallotti e Rui Palmeira. É lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer do Sr. Mourão Vieira oferecendo a redação final do Projeto de Resolução nº 17, de 1958, que autoriza o Senador Cunha Mello a participar da Delegação do Brasil à Assembleia Geral das Nações Unidas a realizar-se, este ano, em Nova York.

As quatorze horas e trinta e cinco minutos, nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando em Cecília de Resende Martins, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

De Estudo do Projeto do Edifício destinado ao Senado Federal, em Brasília.

2.ª REUNIÃO, EM 27 DE AGOSTO DE 1958

As 17 horas, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senador Cunha Mello, reúne-se a Comissão de Estudos do Projeto destinado ao Senado Federal, em Brasília. Pre-

Haverá serviços comuns e ambas as Casas do Congresso, como biblioteca, restaurante, serviço médico e garagem.

Ligados por uma galeria de cem metros de comprimento ao prédio principal existirão dois outros de 28 andares, os mais altos da Capital, para significar que o Congresso atingirá a vida do País.

Secundando em altura os edifícios bancários com 20 pavimentos.

Até o 12.º pavimento aqueles edifícios serão ocupados por serviços administrativos e dêsses acima por escritórios individuais para os congressistas.

Nêles também funcionarão as Comissões da Câmara dos Deputados que julgou inconveniente a sua instalação no mesmo edifício do plenário. Essas modificações não implicarão em alteração estrutural. No caso dos Ministérios, por exemplo, não haverá paredes fixas. Materiais modernos e fáceis permitirão separações móveis, sem prejuízo do isolamento acústico.

ACCOMODAÇÕES PARA CONGRESSISTAS E FUNCIONÁRIOS DO CONGRESSO

O Governo tomou todas as providências para que em 21 de abril de 1960 todos os Deputados e Senadores e aproximadamente 7.000 funcionários tenham acomodações em Brasília.

A mudança não será simples, mas real porque já estão prontos o palácio residencial, o palácio presidencial, o Supremo Tribunal Federal. O Edifício do Congresso que é o maior e de mais difícil construção ficará pronto em dezembro de 1959, isto é, três meses antes da mudança. Também estarão concluídos os onze ministérios, os serviços de água, esgoto, luz, telefone urbano e interurbano.

Pelos contratos assinados com grandes empresas construtoras, como a Companhia Construtora Nacional, com pesadas multas de 30 a 50 mil cruzeiros por dia de atraso na entrega dos edifícios, as estruturas de concreto armado deverão estar terminadas no prazo de um ano. O encerramento será em um ano e pouco. Em dezembro de 1959 o Congresso Nacional estará completamente concluído.

Quanto aos edifícios de 28 andares, as estruturas são metálicas e já estão em Brasília. A montagem será iniciada dentro de seis e meio e dentro de dois meses e meio estará concluída.

O DASP tem elaborado um plano de mudança progressiva de funcionários: primeiro a cúpula dos Ministérios e depois, em certa proporção, os restantes serviços até que em 1960 teremos transferido 3.500 funcionários, além dos do Congresso, que serão transferidos de uma vez.

Os apartamentos para os parlamentares e funcionários do Congresso estão sendo construídos pelo IPASE. Não há ainda base fixa de aluguel, mas, posso adiantar que as casas populares de custo aproximado de trezentos mil cruzeiros estão sendo alugadas a mil e setecentos cruzeiros mensais. Conveniente esclarecer que as casas populares são tão boas que Oscar Niemeyer e sua família ocupam uma delas.

A Caixa Econômica também se compromete a financiar a construção das casas para parlamentares e funcionários do Congresso que desejarem construir por sua própria conta, o que será de grande vantagem para a NOVACAP.

Os Institutos de Previdência e Assistência, entretanto, estão construindo aposentos apartamentos para alugar.

O arquiteto Lúcio Costa imaginou inicialmente evitar a diferenciação de classes em Brasília. Não haveria, por exemplo, Meyer — bairro pobre; Copacabana — bairro rico.

Este é aliás, o problema mais difícil de Brasília.

Pretendia Lúcio Costa que os pobres, remediados e burgueses morassem em apartamentos, variando apenas o tipo, de acordo com as posses de cada um. Para os ricos e muito ricos separou uma zona que seria a das Mansões, com grandes casas.

Objetar, entretanto, que no Brasil acontece justamente o contrário: os ricos querem morar em apartamentos e os pobres em casas.

Decidiu-se introduzir uma modificação com grande lotamento à beira do lago, para a construção de residências sem alterar a concepção geral da cidade.

O sistema de apartamentos em Brasília é completamente diferente: há quatro quadras com blocos de apartamentos no centro. Esses apartamentos não têm frente nem fundos, porque ficam isolados no parque, o que lhes dará um aspecto magnífico.

Essas quadras com uma população de 15.000 habitantes são auto-suficientes, com escola primária, ginásio, supermercados, comércio, igreja e cinema.

CUSTO DA VIDA EM BRASÍLIA

A vida em Brasília será muito mais barata do que no Rio de Janeiro, no que se refere à alimentação, porque o futuro Distrito Federal está situado em zona ideal para a fruticultura. Posso dizer mesmo que Brasília será uma espécie de Califórnia. Aliás, a produção de frutas não é uma questão de solo; é mais de clima — chuva e temperatura.

Do ponto-de-vista de alimentação, portanto, a vida será mais barata; o que depender de transporte será mais caro.

Já existem 50 famílias de japoneses, que foram espontaneamente para a região. O abastecimento de verduras já é suficiente para a população local de 45.000 habitantes.

A zona de abastecimento de cereais de Mato Grosso e Goiás, começa em Anápolis que dista apenas 130 km de Brasília. Já está concluída a estrada asfaltada Anápolis-Brasília, cujo percurso é feito em aproximadamente duas horas e meia por caminhão e hora e meia por automóvel. Esta é aliás, a mesma zona abecedora do Rio e São Paulo.

Quanto ao gado, a zona é pastoril.

ABASTECIMENTO DÁGUA

Os mananciais da região são capazes de abastecer uma cidade de quatro milhões de habitantes.

CUSTO DA CONSTRUÇÃO

Os Institutos fizeram concorrência para construção em Brasília e os preços variavam de sete a oito mil e quinhentos cruzeiros por metro quadrado.

Aqui não se pode mais construir por esse preço. Embora o cimento seja mais caro — ainda não está sendo produzido no local, apesar da abundância de calcário — e o ferro bem mais caro, a mão de obra é mais barata.

O sistema de abastecimento de gás mais econômico para a região é o de pequenas centrais para fornecimentos aos núcleos de vizinhança. Foi o adotado porque tanto o ultragás quanto uma central única são muito dispendiosos.

VENDA DE TERRENOS

A NOVACAP é empreendimento absolutamente auto-financiável. É mesmo uma das melhores operações financeiras do Governo Federal. Há entretanto, muitos terrenos doados a Igrejas e outros vendidos pela metade do preço a estabelecimentos de ensino, que poderão pagar através de bolsas de estudo. Tivemos pois que promover uma venda de terrenos que compensasse esse critério de doações e abatimentos. Se os terrenos fossem vendidos por preço muito baixo, grandes companhias poderiam adquiri-los para especulação. Evitamos a venda aberta sendo as transações feitas dire-

tamente pela Companhia, através dos seus escritórios no Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia e Anápolis. Posteriormente abriremos outros em Curitiba, Florianópolis e demais capitais.

Os nossos corretores só são apenas na designação, pois, na realidade funcionam como simples agenciadores, sem poderes para assinar promessas de compra-e-venda.

Para evitar especulações a Companhia decidiu com relação aos funcionários públicos fixar uma entrada mesmo pequena, de 5% do valor do terreno sendo o restante pago em 60 prestações, de acordo com a Lei.

EDUCAÇÃO

O ensino secundário, em Brasília, já está todo planejado. O Ministério da Educação vai iniciar imediatamente a construção de escolas em cada quadra. Atualmente já existem quatro escolas.

Trinta e duas congregações religiosas de qualquer crença já estão registradas para a construção de ginásios, além dos ginásios-padrão do Governo Federal, em número de quatro.

Provisoriamente temos dois em funcionamento, um sob a orientação dos Salesianos e o outro de uma sciedade particular.

Quanto ao ensino superior, ainda não está bem decidido. A opinião geral é de que não se deve transformar Brasília uma Capital só o ponto-de-vista geral. Não podemos tirar tudo do Rio de Janeiro. Lá deverá existir apenas uma pequena Universidade, de cípula. A Universidade do Brasil continuará no Rio de Janeiro.

Além alguns dados interessantes sobre Brasília:

- a) não há cruzamento de ruas;
- b) o trânsito de pedestres é feito em passagens inferiores;
- c) há separação de pistas para caminhões e automóveis.

Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Estes esclarecimentos já eram do conhecimento de todos. A razão principal de minha vinda à Comissão era apresentar as planas do edifício do Congresso, o que não foi possível. Independente desse exame em reunião próxima, sugeriria uma viagem dos membros da Comissão à Brasília para uma apreciação detalhada *in loco*, e a indicação de um engenheiro para servir de elemento de ligação entre o Senado e os técnicos da NOVACAP.

Finalizando o Sr. Presidente em nome da Comissão agradece a presença do Sr. Israel Pinheiro e, de acordo com os demais componentes da Comissão, e fija para o dia 9 de setembro vindouro, terça-feira a próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião lavrando eu, Alva Lírio Rodrigues, a presente Ata que, aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 111.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 12 DE SETEMBRO DE 1958.

PRESIDÊNCIA DOS SRS. CUNHA MELLO E PRISCO DOS SANTOS
As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira. — Cunha Mello. — Prisco dos Santos. — Lameira Bittencourt. — Púlio de Mello. — Leonidas Melo. — Onofre Gómes. — Fernandes Tavares. — Getúlio Avelino. — Reginaldo Fernandes. — Abelardo Jurema. — Ribeiro Ca-sado. — Lourenço Fontes. — Neves da Rocha. — Lima Teixeira. — Atílio Viracqua. — Mereira Filho. — Paulo Fernandes. — Arlindo Rodrigues. — Alencastro Guimarães. — Caiado de Castro. — Benedito Valladares. — Lima Guimarães. — Lino de Mattos. — Paulo Abreu. — Domingos Velasco. — Frederico

Nunes. — Pedro Ludovico. — Mário Motta. — João Villas-Boas. — Gaspar Velloso. — Alo Guimarães. — Primo Beck.

A lista de presença acusa o comparecimento de 32 Srs. Senadores. Havia número legal está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Frederico Nunes, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 2.º Apelante, servindo de 1.º Secretário, da conta do seguinte

Expediente

OFÍCIO

Em 11 de setembro de 1958.

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Exceléncia, para conhecimento do Senado, que me ausentarei por duas semanas dos trabalhos da casa, a fim de tomar parte, como representante do Grupo Brasileiro da União, Interparlamentar, na reunião do Conselho Executivo da mesma União, a realizar-se proximamente em Bruxelas.

Atenciosas saudações — Gilberto Marinho.

OFÍCIO

Do Sr. Prefeito do Distrito Federal n.º 1.719, acusando e agradando ofício n.º 467, desta Casa do Congresso.

AVISO

Do Sr. Ministro da Fazenda, nos seguintes termos:

Aviso n.º 375 — 9-9-58.

Senhor 1.º Secretário:

Em referência ao Ofício n.º 330, de 16 de junho último, que encaminhou a este Ministério o teor do Requerimento n.º 240, de 1958, em que o Senhor Senador Lino de Mattos solicita informações relativas à extração, produção e comércio do ouro, tenho a honra de transmitir a V. Ex. a cópia dos esclarecimentos prestados pela Superintendência da Moeda e do Crédito e pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A.

Aproveito a oportunidade para reenviar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e distinta consideração. — Lucas Lopes.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1958

DICA M-1.193-58

Senhor Diretor Executivo:

Nos termos do despacho do Senhor Chefe do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, encaminhamos a Vossa Exceléncia, com as informações de que pudemos dispor, o anexo processo SC-156.109-58, sobre o requerimento n.º 240-58, apresentado ao Senado Federal pelo Sr. Senador Lino de Mattos:

Item b)	(Milhares de Cr\$)
1949	9.675
1950	13.115
1951	17.510
1952	17.606
1953	15.346
1954	15.417
1955	13.838
1956	17.393
1957	7.115
1958 (Jan-maio)	10.201
Total	137.066

Item 1) — O ouro adquirido às minas nacionais, nos últimos dez anos, foi uma decorrência da Instrução número 27, de 4-12-48, da Superintendência da Moeda e do Crédito, que tornou obrigatória a venda de 20% da produção ao Tesouro Nacional, por intermédio do Banco do Brasil, ao preço do mercado oficial, baseado na paridade do cruzeiro. Em troca dessa obrigatoriedade têm as minas o direito de vender livremente os restantes 80% pela lei da cota e da procura, além da faculdade de receber em cambial sobre Londres e equivalente nos 20% entregues ao Banco do Brasil. Esta é a norma geral.

No caso particular da St. John Rey Mining — a principal empresa do gênero — o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, em sessão de 7 de fevereiro do corrente, aprovando relatório da Comissão criada pela Portaria n.º 516, de 2-12-57, do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, determinou novo sistema para pagamento da cota de entrega compulsória, que foi elevada para 1/3 da produção. Dessa modo, mediante operação de compra e venda de câmbio e sem alteração do preço oficial da grama de ouro, aquela Companhia obtém a cobertura do déficit direto da produção por um prazo, inicialmente fixado em 30-6-58, e prorrogável até 31-12-58.

Item 1) em 31-5-58

Milhares de Cr\$

No país	57.640,5	1.167.611
Nos EE. UU	230.707,0	5.376.223
Item 1)	181.816,0	3.784.374
Juros 2 3/4% a.s.			

Pedimos a fineza de restituir esse processo diretamente ao Gabinete do Exmo. Sr. Ministro.

Valendo-nos do ensejo para apresentar a V. Ex. os nossos protestos de consideração e aprêço.

Banco do Brasil S.A. — Carteira de Câmbio — Ivan de Oliveira, pelo Diretor.

Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1958

P. DEPEC-DIMON-23/58

Do: — Chefe da Divisão de Estudos Monetários e Financeiros
Ao: — Chefe do Departamento Econômico.

Senhor Chefe.

Cumprindo recomendação de Vossa Exceléncia, no incluso processo (EMO 840-58) passamos a responder às perguntas a, c, d, e, g, i, k e l, do requerimento n.º 240-58 formulado pelo Senador Lino de Mattos. As questões b, f, h e i já foram respondidas pela Carteira de Câmbio, conforme seu anexo, ofício DICAM — 1.193-58, de 8-7-1958.

a) Desde 1948 que a produção nacional tem mantido uma média anual de pouco menos de 4 toneladas ou 300 quilos mensais aproximadamente, segundo os dados do Anuário de 1957 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

c) Segundo o Diretor da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura apenas seis minas registradas naquele setor apresentaram relatório de atividades em 1957.

São João del Rey — Minas Gerais
Dragagem Ouro Limitada — Minas Gerais

Mineração Ouro Jacobina Limitada — Bahia.

Sociedade Mineração Machado — Minas Gerais

Mineração Brasil Canadá — Paraíba Pereira de Araujo — Rio Grande do Norte.

Somente a de São João de Meriti, entretanto, tem representado cerca de 95 % de toda a produção nacional. E, das outras cinco menções, a Dragagem e a Jacobina são as de maior expressão.

d) e e) Prejudicadas pela responsabilidade ao item a). O nível de produção tem sido praticamente constante, com variações em torno da citada média de toneladas anuais.

g) Ao preço fixo internacional de US\$ 35 por onça fina, ou US\$ 1.125 por grama, a produção brasileira média de 4 toneladas representa 1,5 milhões de dólares, cifra que coloca o Brasil em posição muito pouco expressiva em relação ao globo da produção mundial: 980 milhões de dólares em 1956. (Fonte: — BGE e ONU — Monthly Bulletin of Statistics).

Não constam exportações de ouro das estatísticas oficiais. Foram as seguintes as importações nos últimos 5 anos, comparadas com a participação global de mercadorias e serviços:

IMPORTAÇÕES (US\$ milhões)

OURO	TOTAL (CIF)
1953 — 02	1.319,3
1954 — 3,1	1.633,3
1955 — 0,9	1.306,8
1956 —	1.233,3
1957 —	1.483,4

f) Entendemos por recuperação, no caso, a maior produção obtida com técnicas mais modernas. E' assunto

que não compete à SUMOC e sim, exclusivamente, aos interessados, no seu aspecto técnico e económico.

k) A conveniência de regulamentação do comércio do ouro será objeto de pronunciamento da SUMOC em função das conclusões a que chegar um grupo de trabalho, em vista de criação neste órgão.

l) O preço fixado pelo Banco do Brasil para a grama de ouro, na base de 1.000/1.000 é de Cr\$ 20.819,00 e decorre da declaração de paridade do cruzeiro no Fundo Monetário Internacional de Cr\$ 12,50 por dólar americano. Sabe-se que existe um mercado paralelo em que o preço da grama do produto oscila com a cotação do cruzeiro no mercado da taxa livre.

Par. Paulo Lelito Ribeiro.

Saudações — Departamento Econômico — Divisão de Estudos Monetários e Financeiros. — *Eduardo da Silveira Gomes Júnior*. — *Paulo L. Pereira Lira*.

— *Ao Requerente*.

Parecer n. 324, de 1958

Redação final do Projeto de Resolução n. 17, de 1958.

Relator: Sr. Murião Vieira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Resolução n.º 17, de 1958, de iniciativa do Senado Federal.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1958. — *Pálio de Mello*, Presidente eventual. — *Mourão Vieira*, Relator. — *Ribeiro Casato*.

ANEXO AO PARECER N.º 324, DE 1958

Redação final do Projeto de Resolução n.º 17, de 1958, que autoriza o Senador Cunha Mello a ausentarse do país

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, nos termos do art. 27, letra n.º 1, do Regimento Interno, prorrogo a seguinte

**RESOLUÇÃO
N.º — 1958**

Artigo único. É autorizado o Senador Cunha Mello a participar da

Delegação do Brasil à Assembleia Geral das Nações Unidas, a realizar-se, proximamente, em Nova York.

O Sr. Cunha Mello deixa a cadeira de presidente, assumindo-o o Sr. Prisco dos Santos.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tua a palavra o relator. Senador Primo Beck, primeiro orador inscrito.

S. Ex. não está presente. Tua a palavra o senador João Villasboas, inscrito em segundo lugar.

O SR. JOÃO VILLASBOAS:

Desiste da palavra. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Não há outro orador inscrito (Pausa.)

Sobre a mesa requerimento do senador público de Melo.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 366, de 1958

Requeiro dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução n.º 17, de 1958.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1958. — *Pálio de Mello*.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o elaborado pelo Plenário, submeto à discussão a redação final do Projeto de Resolução n.º 17, de 1958. Consta do Parecer, há pouco lido, sob n.º 324.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que votaram a redação final devem conservar-se sentados (Pausa.)

Aprovada

Vai à promulgação.

A Ordem do Dia consta de Trabalho das Comissões.

Vou encerrar a sessão, designando para a próxima, segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

TRABALHO DAS COMISSÕES

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 14 horas e 50 minutos.

SECRETARIA DO SENADO

FEDERAL

ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral, por Jesperehos de 10 do corrente, concedeu alívio-família aos seguintes funcionários:

— Jayme Corrêa de Sá, Auxiliar de Portaria, classe K, a partir de corrente mês, em relação a seu filho Jayme Corrêa de Sá Filho (Requerimento n.º 122-58).

— Joaquim dos Santos, Ajudante de Portaria, classe M, a partir de agosto p. passado, em relação a sua filha Lídia Glória dos Santos (Requerimento n.º 125-58).

— Aroldo Moreira, Oficial Legislativo, PL-6, a partir de abril de 1957, em relação a seu filho Eldo Westphal Moreira (Requerimento número 126-58).

Secretaria do Senado Federal, em 12 de setembro de 1958. — *Nuno Borges Seixas*, Diretora do Pessoal.

PORTARIA 37 DE 12 DE SETEMBRO DE 1958

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Oficial Legislativo, classe 1, *Eduardo da Cunha Bráa*, do Serviço de Cooperação para a Diretoria das Comissões.

Secretaria do Senado Federal, em 12 de setembro de 1958. — *Luiz Nabuco*, Diretor-Geral.

PORTARIA 38 DE 12 DE SETEMBRO DE 1958

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Oficial Legislativo, classe 1, *Eduardo da Cunha Bráa*, do Serviço de Cooperação para a Diretoria das Comissões.

Secretaria do Senado Federal, em 12 de setembro de 1958. — *Luiz Nabuco*, Diretor-Geral.

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: Cr\$ 0,40